



ARQUIVO DE FAMÍLIA

Alzira à frente do seu secretariado: o poder feminino

Paulo Figueiredo agride 104,5 milhões de Alziras

Este colunista tem um orgulho imenso de ser bisneto de Alzira Soriano, a primeira mulher a ser eleita prefeita e a administrar um município em toda a América Latina. Todos os anos, em abril, o município de Lages, no Rio Grande do Norte, promove a Semana Alzira Soriano. Não somente para celebrar a façanha que introduziu na vida política brasileira um contingente que hoje corresponde a 104,5 milhões, 51% da população brasileira. Mas também pelo legado que Alzira deixou no município de Lages, embora seu mandato, iniciado em 1928, tenha sido interrompido dois anos depois pelo golpe dado por Getúlio Vargas. Foi ela quem levou iluminação pública para a cidade. Foi também quem abriu várias estradas para ampliar o acesso à cidade do sertão nordestino. Ou seja, quem votou em Alzira Soriano esteve muito longe de votar “muito mal”.

João Figueiredo foi o último ditador militar

Paulo Figueiredo é neto do general João Batista Figueiredo, o último presidente da ditadura militar. Ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), em muito contribuiu para a manutenção de um regime que interrompeu a trajetória democrática por mais de vinte anos. O general Figueiredo concluiu o seu mandato, mas não passou a faixa presidencial para o primeiro presidente após a redemocratização, José Sarney. É possível que também tenha seus motivos para se orgulhar de seu avô.



ORLANDO BRITO

General Figueiredo: o poder militar

“Mulheres como inimigas”

Em um podcast que circula nas redes sociais, Paulo Figueiredo, ao criticar Michelle Bolsonaro, resolveu dizer que “as mulheres votam muito mal”. Disse que isso era um “dado estatístico”, baseado no fato de que, considerado um estrato somente feminino, com exceção de Ronald Reagan, os candidatos do Partido Democrata venceriam todas as eleições nos Estados Unidos. “É um ataque vil de quem trata mulheres como inimigas”, constatou, ao Correio Político, a senadora Eliziane Gama (PT-MA).

Mulheres à direita também se indignaram

O Correio Político ouviu também duas parlamentares do segmento da direita. Que preferiram não se manifestar publicamente para não aumentar ainda mais a polêmica. Mas que, da mesma forma, mostraram-se indignada com a fala de Paulo Figueiredo. Se os vídeos de Michelle pareciam expor machismo de Flávio e seu segmento, Paulo Figueiredo tratou de confirmar e ampliar esse machismo.

Silêncio

Para Eliziane Gama, o maior espanto veio do silêncio de Flávio Bolsonaro. “É estarrecedor o silêncio do pré-candidato à Presidência diante dos comentários misóginos de seu aliado e foragido, Paulo Figueiredo. Não repudiar essa fala é compactuar diretamente com o ódio a todas nós”, disse Eliziane. Há um ponto grave: o que é “votar muito mal” para Figueiredo?

Democracia

O “dado estatístico” mencionado por Paulo Figueiredo referia-se à hipótese de que as mulheres nos EUA, na sua maioria, teriam preferido candidatos à Presidência diferentes dos dele. Ou seja, para o neto do general Figueiredo, “votar muito mal” é fazer uma escolha diferente. O que demonstra certa incompreensão da escolha democrática.

Problema

O problema do ataque de Paulo Figueiredo às mulheres é que elas não deixarão de votar. Desde Alzira Soriano em 1928, elas conquistaram essa condição. Se elas representam 51% da população, é ainda maior sua maioria no eleitorado: 52,47% do eleitorado brasileiro é de mulheres. São mais de 81 milhões. Flávio precisa dos votos delas.

Quase metade

Mesmo na pesquisa BTG/Nexus divulgada na segunda-feira (29), que deu certo respiro a Flávio, há prejuízo entre as mulheres. Se Lula tem 42% do total no primeiro turno, tem 48% das mulheres. Se Flávio tem 34%, entre as mulheres ele dispõe somente de 29%. Se Flávio quer ultrapassar Lula, ele precisa ampliar seu eleitorado feminino.

Presença feminina

Como disse Michelle em seu vídeo, ela, na presidência do PL Mulher, teria ampliado em 44% a presença feminina no partido. Paulo Figueiredo diz, agora no seu vídeo, que isso não teria tido influência alguma no desempenho eleitoral de Flávio, porque ele, como mostrou a BTG/Nexus, ele perde bastante no eleitorado feminino.

Candidatas

Bem, há problemas nesse raciocínio. Em diversos lugares, são mulheres do PL que lideram a corrida para o Senado. A própria Michelle no Distrito Federal. Mas acontece também em Santa Catarina, onde a liderança para o Senado é da deputada Caroline de Toni, superando Carlos Bolsonaro. Se votarem “muito mal”, elas votarão em Flávio?



Professores da Bahia: uma das origens do esquema

Senado chama ex-sócio de Vorcaro para explicar Bahia

Comissão convoca Augusto Lima para explicar falsos consignados

Por **Beatriz Matos**

Enquanto a Polícia Federal (PF) aprofunda as investigações sobre o Banco Master, o Senado decidiu abrir uma nova frente de pressão sobre os envolvidos. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (30) a convocação de Augusto Ferreira Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro, para prestar esclarecimentos sobre a estrutura de funcionamento da instituição, as negociações com o BRB e a atuação do grupo na Bahia.

O requerimento, de autoria da senadora Damare Alves (Republicanos-DF), foi aprovado de forma simbólica. Além de Augusto Lima, os senadores também aprovaram o convite ao secretário de Economia do Distrito Federal, Valdivino José de Oliveira, para explicar os impactos fiscais e patrimoniais da crise envolvendo o BRB e o Banco Master.

Augusto Lima já prestou depoimento à Polícia Federal no âmbito da Operação Compliance Zero. Agora, pela primeira vez, deverá prestar esclarecimentos também ao Senado, em audiência cuja data ainda será definida pela CAE.

A convocação ocorre em

um momento em que as investigações já ultrapassaram o mercado financeiro e atingiram diretamente o ambiente político. Nas últimas semanas, as operações da PF tiveram como um dos focos a atuação do grupo na Bahia, estado onde o Master expandiu a carteira de crédito consignado por meio do programa Credcesta, já revelados pelo Correio da Manhã.

As apurações apontam suspeitas de que contratos consignados vinculados a servidores públicos, especialmente professores, teriam sido utilizados para inflar artificialmente a carteira de ativos do banco. Esse braço baiano tornou-se um dos principais eixos das investigações e acabou alcançando também o então líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que nega qualquer participação. Dias depois, em meio ao avanço da crise política, Wagner deixou o cargo.

Para o advogado e professor de Direito Constitucional Daniel Lamounier, a iniciativa da comissão era esperada diante da dimensão que o caso alcançou. Segundo ele, o Senado cumpre uma função institucional ao acompanhar fatos com potencial de impacto econômico.